



## **RESOLUÇÃO Nº 18/CONSUNI, DE 10 DE JUNHO DE 2016.**

Altera o Código de Ética e o Regimento Interno da Comissão de Ética da Universidade Federal do Ceará, aprovados pela Resolução nº 5/CONSUNI, de 05 de maio de 2014.

**O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que deliberou o Conselho Universitário (CONSUNI), em sua reunião de **10 de junho de 2016**, na forma do que dispõem a alínea *d* do artigo 3º e alínea *s* do artigo 25 do Estatuto em vigor e a necessidade de atualização do Código de Ética e o Regimento Interno da Comissão de Ética da UFC,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o inciso IV e acrescentar o inciso XXVIII do art. 10 do Código de Ética, de que trata a Resolução nº 05/CONSUNI, de 05 de maio de 2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 - São deveres dos servidores:

.....

IV - tratar os usuários do serviço público com cortesia, urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade, faixa etária ou condição física especial, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de etnia, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, não praticando atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhações por qualquer motivação, assédio moral e sexual.

V - .....

XXVIII – abster-se de, na mídia em geral, em especial em redes sociais e no meio digital institucional, emitir comentários difamatórios, caluniosos, preconceituosos, jocosos, depreciativos ou ofensivos, em desfavor de outro servidor, bem como expô-lo a situações vexatórias e constrangedoras”

Art. 2º O inciso II no art. 13 do Código de Ética, de que trata a Resolução nº 05/CONSUNI, de 05 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - .....

II - Por indicação dos Diretores dos *Campi*, Centros Faculdades e Institutos, o Presidente da CET encaminhará o nome de dois servidores ao Reitor, para a designação de representantes locais (titulares e suplentes) que auxiliarão nos trabalhos de orientação, de educação e de divulgação dos regramentos éticos junto às suas Unidades.”

Art. 3º Acrescentar, o art. 15.A e o parágrafo único no 16 do Código de Ética:

“Art. 15.A. Quando no decorrer da apuração o denunciado for exonerado de ofício, demitido, pedir exoneração, ou deixar de prestar serviços à UFC, o processo será arquivado por falta de objeto.

Parágrafo único. Se houver retorno do denunciado à UFC, por alguma forma de nomeação, designação, contrato ou através de qualquer ato jurídico que envolva serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira, a CET poderá desarquivar o processo e prosseguir a apuração.”

Art. 16. ....

“Parágrafo único. Se houver indícios de que a conduta configure, a um só tempo, falta ética e infração de outra natureza, inclusive disciplinar, a cópia dos autos deverá ser encaminhada imediatamente ao Reitor, cientificando-se o denunciado.”

Art. 4º O Art. 17 do Código de Ética passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Dá-se o impedimento do membro da CET-UFC quando:

I - tenha interesse direto ou indireto no feito;

II - esteja litigando judicial ou administrativamente com o denunciante, denunciado ou investigado, ou com os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau; ou

III - for seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau o denunciante, denunciado ou investigado.

Parágrafo único. Ocorre a suspeição de membro da CET/UFC quando for amigo íntimo ou notório desafeto do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.”

Art. 5º O art. 2º do Regimento Interno fica acrescido com os seguintes incisos:

“ Art. 2º - Compete à Comissão Ética.....:

.....

IX - recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética.

X - arquivar os processos ou remetê-los ao órgão competente quando, respectivamente, não seja comprovado o desvio ético ou configurada infração cuja apuração seja da competência de órgão distinto;

XI - notificar as partes sobre suas decisões; .”

Art.6º A letra *c* do Art. 6º do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“c - Coordenar o trabalho da Secretaria-Executiva, bem como as atividades dos representantes locais e executar outras atividades determinadas pela Comissão de Ética.”

Art. 7º Acrescentar o parágrafo único ao art. 8º do Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os membros suplentes que estiverem participando da reunião terão direito a voz, mas somente terão direito a voto se estiverem substituindo os respectivos titulares.”

Art. 8º Acrescentar ao §§ 1º e 2º ao art. 11 do Regimento Interno:

“§1º No caso da denúncia se referir a assédio moral ou sexual, independentemente da apresentação de provas testemunhais ou documentais, ao denunciado poderá ser feita solicitação para manifestar-se a respeito.

§2º Caso seja constatada a falta ética, deverá a Comissão tomar as providências previstas no Código de Conduta da Alta Administração Federal, no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e o Código de Ética da UFC, que incluam:

Art. 9º Acrescentar, os §§ 1º, 2º e 3º do art. 12 do Regimento Interno:

“§1º Na hipótese de o investigado, comprovadamente notificado, não se apresentar à CET, não se manifestar, não remeter defesa prévia, nem enviar procurador legalmente constituído para exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, a CET proporá ao Reitor a designação de um defensor dativo, escolhido dentre os servidores do quadro permanente, preferencialmente ocupante de cargo de nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§2º O servidor designado como defensor dativo deve acompanhar o processo, sendo-lhe vedada conduta contrária aos interesses do investigado, devendo esta função ser registrada nos seus assentamentos funcionais, como uma prestação de relevante serviço público.

§3º O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da Comissão de Ética, mediante requerimento justificado do investigado.”

Art.10. A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, em 10 de junho de 2016.

**Prof. Henry de Holanda Campos**  
Reitor